

PROTOCOLO/PROCESSO Nº: 42-000028/2020

DESPACHOS: 27/02/2020

À

Gerência Financeira

Trata-se de análise acerca do cumprimento das exigências legais em processo de inexigibilidade de licitação 001/2020, de pagamento da anuidade do CREA-Conselho Regional de Engenharia, a que está obrigada a Companhia nos procedimentos de registro de anotações de Responsabilidade Técnica - ART's, exigência a ser cumprida na execução dos processos de regularização fundiária.

Remetido o presente processo a esta Supervisão, e de posse de toda a documentação que o instrui, verificou-se que não há quaisquer impedimentos jurídicos para que ocorra a contratação direta do objeto descrito no projeto básico (fl. 01/05).

Com fundamento no inciso II, c/c o seu parágrafo único, no caso concreto, ora apresentado, juridicamente deverá ser inexigível a licitação para a contratação dos serviços descritos no projeto básico, conforme norma contida no caput do artigo 25 da Lei de Licitações (Lei nº. 8.666/1993).

Isto porque, o objeto da presente não se enquadra em nenhuma das hipóteses de dispensa de licitação, previstas no art. 24 da Lei 8666/1993.

Da mesma forma, a inexigibilidade da licitação se aplica quando a competição se torna completamente inviável. É o que ocorre no caso em tela, já que o pagamento se dará a Autarquia Federal, que detém competência legal para controle e fiscalização do exercício das profissões da área de engenharia, e de igual forma para emitir referidas anotações de responsabilidade técnica.

De outro viés, analisando o processo em comento quanto a sua adequação formal frente às disposições internas contidas na Instrução Normativa nº. 02/2010, que estabeleceu os procedimentos das fases preparatórias de licitação, dispensas e inexigibilidade, as quais foram integralmente observadas, visto a manifestação da Gerência Financeira atestando possuir recursos financeiros para arcar com a despesa em tela (fls.17), bem como a autorização da Diretoria Executiva (fls.13), estando o procedimento de inexigibilidade regularmente instruído e constatada a viabilidade jurídica da inexigibilidade da licitação e, portanto, a possibilidade de ocorrer a despesa em tela.


Sandra Regina S. Romaniello

Supervisão Jurídica

OAB-PR 18190